

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e dezessete, às oito horas e trinta minutos, na sala de reunião da Secretaria Municipal de Assistência Social, na Rua João Rodrigues Martins, 34, no município de Capivari de Baixo, reuniu-se Extraordinariamente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Na ausência do presidente, justificada por motivos pessoais, foi conduzida pela vice-presidente Rosilene Costa Antônio (APAE), estando presentes os conselheiros: Elizabeth de Medeiros Gomes (Pastoral da Criança), Grasiela Mendes da Silva (SENAI), Renata Oliveira de Souza Roque (Educação PMCB), Fernando Araújo Brasil (Sec. Turismo), Rosa Machado Silveira (CEACA), Daiani Antunes (Assistência Social PMCB), Maria de Lourdes Sacheti (clube Esperança), Mário José da Silva (Defesa Civil), Zélia Schneider (EPAGRI), Manoel Torres Constantino (Saúde PMCB), Elto Aguiar Ramos (Polícia Civil), e também Alessandra Pascoali (Controle Interno PMCB), Maira de Sousa (Abrigo Institucional) e Dafna C. Rodrigues (Comunidade). Rosilene inicia a reunião saudando a todos e fala que de última hora foi inserido na pauta a resposta da Secretaria de Educação aos Ofícios 64/CMDCA/2017 e 81/CMDCA/2017, entregue hoje pela profissional Renata representante da Educação no Conselho, referente aos questionamentos surgidos na Audiência Pública. A vice Rosilene lê ofício 28/17-SECE na íntegra. No qual consta que não há lista de espera nos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, que as mães e/ou responsáveis procuram a Secretaria de Educação requisitando vagas, e dentro de um período de quinze dias a solicitação é atendida na rede de ensino municipal. Em relação aos alunos com laudos para necessidade de um professor de educação especial, segue em anexo resposta do setor responsável: SAAD – Serviço de Atendimento e Avaliação Diagnóstica. E informa que estão cobrando sim o uso do uniforme em suas unidades escolares, porém, afirmam que nenhuma criança está sendo retirada da sala de aula por conta disso. Esclarecem também que disponibilizam uniforme para as crianças e adolescentes que se encontram em vulnerabilidade social, e o procedimento é compra ou doação. Ressaltam ainda que já estão realizando o levantamento do número de alunos da Rede Municipal de Ensino para aquisição de uniforme escolar através de processo licitatório para a compra de uniforme escolar. Com relação ao ofício em anexo do SAAD, nele consta que o município conta com o número expressivo de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, afirmadas por laudos médicos ou por equipes multidisciplinares. Ressaltando que estes laudos partem de um especialista da área, no caso um Neuropediatra ou Psiquiatra, profissionais que se especializaram no atendimento a crianças que apresentam algum ADNPM (Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor) ou disfunção cognitiva, que venham a apresentar um sério comprometimento de sua evolução na escola, bem como na sua vida diária. Sabe-se que estes, tem acesso assegurado às escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental com auxílio de recursos educacionais e serviço de educação especial que possibilitem a permanência com qualidade destes educandos. Conforme resolução nº01, de 14 de março de 2011, que disponibilizam em anexo ao ofício, e que define as diretrizes para o atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais do Sistema Municipal de Ensino. Ainda no ofício colocam-se a disposição para eventuais dúvidas ou esclarecimentos. A conselheira Rosa diz que para ela o ofício não foi respondido. A conselheira Renata, representante da Educação, ainda reforça que não cabe ao setor dela questionar o laudo realizado no SAAD. Rosilene fala que essa questão foi levantada na audiência pública, há muitas crianças diagnosticadas com necessidades especiais. Rosilene diz que foi cobrada por não realizar diagnósticos na APAE para pais que querem conseguir o direito de segundo professor, mas que muitas vezes a criança não possui deficiência, às vezes até um TDH. Rosa disse que já teve três diretoras pedindo a ela laudo de crianças que frequentam o CEACA para conseguirem o direito ao segundo professor, querem que digam que no CEACA a criança incomoda. Renata diz que para o setor já chega com o laudo. Rosilene diz que os pais tentam conseguir o laudo em todos os lugares, constando que a criança é deficiente, e que é muito aluno com segundo professor. Alessandra do Controle Interno diz que os pais querem determinada creche, mas não ficam sem vagas, são colocadas em outras que não as que eles gostariam. Rosa diz que seria interessante o município deveria criar uma comissão para avaliar esses laudos que chegam. Renata diz que em certa escola tinham três autistas na mesma sala e tiveram que separar. Rosilene diz que teve casos que a equipe da APAE não tem autonomia, pois se o laudo der negativo, procuram outros médicos para avaliar. Renata questiona se Rosilene sabe o porquê da insistência. Rosilene diz que é porque a pessoa quer receber o benefício. Rosa diz que a preocupação não é com o SAAD. Rosilene reforça que já ocorreram erros de diagnóstico por parte de particulares. Maira informa que o município contratou uma médica assessora. Rosa fala que é preciso verificar se ela tem especialidade nessa área. Rosilene diz que as próprias escolas dão diagnóstico, rotulam as crianças. Dafna diz que está com um aluno do sexto ano que não sabe ler nem escrever, está com o diagnóstico do TDAH, que nada tem a ver com leitura e escrita. Rosilene informa que o CMDCA em breve estará se mudando para onde era a Secretaria de Educação, ao lado da Prefeitura, provavelmente a mudança ocorrerá na semana que vem, inicialmente até o dia 19 de maio, sendo os conselheiros avisados caso a próxima reunião já

seja na nova sede. Rosilene distribuiu as fichas para o diagnóstico situacional da criança e do adolescente no município, e diz que já foi encaminhado também por e-mail. Sobre a Comissão de Fiscalização, Rosilene entrega a Elizabeth cópia dos projetos do CEACA e do Escoteiro, conforme combinado em reunião anterior, os demais conselheiros que fazem parte da Comissão não estão presentes, porém Alessandra se disponibilizou a levar para Vitor, e Elizabeth de passar no SINTRESC e entregar ao Pedro Paulo. Como nem todos estão presentes ficou em haver a data para fiscalizar no local. Alessandra diz que no sábado estava combinando com o Vitor de visitar a entidade e ficou de confirmar. Sobre a Campanha do dia 18 de maio – Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Sabrina relata que foi encaminhado por e-mail o link que contém o material recebido do pela SDH, somente nessa semana, ficando muito em cima para realizar os três orçamentos, porém pede o apoio para os que possam estar divulgando, seja em redes sociais, na rádio, que observem o material que foi encaminhado. Daiani fala que a Tatiane estará realizando um evento no dia, e sugere que Rosa entre em contato. Rosa diz que nesse dia às 9h e às 14 horas estão organizando uma caminhada. Daiani diz que foi combinado em reunião anterior que os funcionários da rede procurem usar a cor preta, porém estará em curso. Sobre o último item da pauta Rosilene convida Alessandra do Controle Interno para dar as suas considerações. Alessandra informa que o Projeto Inclusão Escoteira recebeu R\$9.000,00, após R\$10.662,00 e ainda falta uma parcela, Alessandra ressalta que o Grupo Escoteiro tem que mandar a Prestação de Contas para o Conselho, está apenas com uma prestação lá, que foi entregue direto a contabilidade. Alessandra ressalta ainda que tem conhecimento que apenas quatro crianças do Abrigo Institucional participam do Grupo Escoteiros, aí fica o questionamento e as outras para dar o total das vinte que constam no projeto. Daiani diz que vai confirmar, mas acha que dez foram encaminhadas do CREAS. Alessandra diz que menos mau, mas que a Comissão de Fiscalização deve estar atenta, pois havendo irregularidades, não será só a comissão mas o Conselho inteiro que responde. Alessandra diz que tem que ser reforçado para o Escoteiro trazer a prestação de contas para o Conselho para que essa Comissão verifique se os itens que constam no projeto estão de fato sendo postos em prática, deve que ser verificado quem são essas vinte crianças e ainda relata que os escoteiros estão cobrando para os eventos itens que constavam no projeto que seria comprado, que teve problemas para conseguir liberar a verba para a Maira do Abrigo, pois esta deveria ser utilizada apenas em situações de extrema emergência. Alessandra diz que a prefeitura estará ajudando o CEACA com recurso. Rosa diz que é referente às crianças que estavam em atendimento e foram tiradas anteriormente. Alessandra diz que a última parcela do Escoteiro já poderia ser liberada, porém por enquanto não vão liberar devido o atraso na prestação de contas. Alessandra diz que o Ceaca já trouxe a prestação de contas, e confirma com Sabrina que também trouxe para o Conselho, Alessandra diz que primeiro as entidades deveriam prestar contas ao Conselho e após a prefeitura. Rosa diz que o critério de avaliação deve ser igual para todos. Alessandra lê a parte que se refere aos materiais orçados do Projeto Inclusão Escoteira: 20 uniformes: R\$5.000,00; 10 barracas:R\$5490,00; 20 inscrições e seguro de vida: R\$1.400,00; Atividades Extra sede (acampamentos, viagens educativas, bicaques): R\$5.000,00; material de expediente: R\$3.500,00; Cantil, saco dormir: R\$3.796,00; Kit rapel: R\$2.362,00. Alessandra reforça que os gastos com as atividades extras sede estão incluídos no projeto, porém foram solicitados itens para as crianças do Abrigo, onde Maira teve que pegar adiantamento para as crianças do abrigo estarem participando, podendo assim levar os materiais solicitados, sendo que já está contemplado no projeto. Maira ressalta que o uniforme não foi comprado, pois as crianças do abrigo receberam uniformes usados. Alessandra disse para verificar bem as próximas prestações de contas. Maira diz que a lista para levar ao escoteiro é gigante, e o dinheiro que é repassado é para extrema urgência. Maira aproveita para solicitar a participação dela em seminário no Rio Grande do Sul, dos dias 11 a 14 de junho, por o Abrigo não ter recurso, e para capacitações poder ser utilizado o recurso do FIA. Com o custo de R\$2.690,00, pois inclui hotel. Mas que já encaminhou também ofício para a Assistência Social. Manoel fala que para capacitações é verba Federal, pois já foi a Brasília, e também fala da importância de se ter também uma capacitação no processo seletivo das escolas, pois muitas pessoas entram despreparadas. Rosa falou que foi cogitada a possibilidade de pagar as verbas para a conselheira tutelar Louizi estar indo a Brasília acompanhar uma adolescente, Alessandra diz que é bom verificar na Resolução 137 de 2010, ficando os conselheiros na dúvida, deixaram para responder em próxima reunião. Maira diz que em momento anterior solicitou que alguém do Conselho vá ao Abrigo fiscalizar, pois mês que vem irão a juiza e o promotor fazer vistoria, e estão pagando dois aluguéis, pois ainda não deu de fazer a mudança. Rosilene sugere fazer ofício ao Prefeito solicitando uma posição com relação ao Abrigo Institucional, de modo que eles agilizem a reforma da casa. Maira enfatiza que o Abrigo não possui inscrição no Conselho devido à falta de documentos: a casa onde estão nunca teve alvará, e a que eles irão se mudar vai demorar a ser feito, pois querem realizar a mudança já com os móveis novos, mas já estão há três meses para se mudarem. Um vereador já foi até a casa e fez um requerimento ao administrativo, porém até o momento não tiveram uma posição. Maira relata que já foi feito TAC devido ao Alvará Sanitário, e diz que está preocupada, pois daqui a

pouco será mais uma penalidade que o município irá sofrer. Maira fala que resumindo a mudança da casa não foi feita, pois ainda falta a reforma da casa. O conselheiro Manoel, da saúde fala para irem à vigilância sanitária e solicitar o roteiro da fiscalização. Rosilene diz para oficializar prefeito e Conselho Tutelar para que no prazo de cinco dias da entrega do ofício respondam sobre a mudança de casa do Abrigo. Elto relata que os conselheiros também devem ir para verificar, se preciso detalhar a situação do Abrigo. Rosilene questiona quais conselheiros podem estar indo ao Abrigo. Alessandra, da Assistência Social fala para fazer dois ofícios, um questionando apenas a mudança para a casa nova devido à fiscalização da promotoria e outro se necessário detalhando a situação da casa após a visita. Os conselheiros Elisabeth e Elto se disponibilizam a ir após a reunião. E, nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, Sabrina Medeiros da Silva, assistente administrativo do CMDCA, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.